



Relações étnico-raciais e produções de estereótipos e subjetividades racistas: Reflexões e questionamentos

Ethnic-racial relations and productions of racist stereotypes and subjectivities: reflections and questions

Relaciones étnico-raciales y producciones de estereotipos y subjetividades racistas: reflexiones y cuestiones

Beatriz Gomes [*]

Heloisa Raimunda Herneck [**]

[*] Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

[**] Docente da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Pós-doutorado realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

[***] Este artigo se trata de uma versão mais elaborada e estendida do trabalho apresentado e publicado nos *Anais* do I Congresso Mineiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação (COMPEPE), ocorrido no ano de 2019, na Universidade Federal de Viçosa.

Resumo: Este artigo buscou analisar as relações raciais no Brasil na perspectiva das produções de subjetividades racistas, isto é, identificando como o racismo é introjetado em nosso cotidiano. Nosso objetivo foi realizar uma análise sobre como o imaginário em relação à população negra reforça a prática do racismo os impactos sociais dessas construções. Nossa base metodológica foi a pesquisa bibliográfica, apoiando-nos em autorias que dialogam sobre as relações étnico-raciais e o racismo, hierarquias raciais, produções de subjetividades racistas e reprodução de estereótipos. Ao mesmo tempo, abordamos as possibilidades de mobilização de pessoas negras no combate ao racismo, oferecendo como exemplo uma das entidades do Movimento Negro brasileiro, o Teatro Experimental do Negro (TEN).

Palavras-chave: Racismo, produções de subjetividades, relações raciais.

Abstract: This article sought to analyze race relations in Brazil from the perspective of the production of racist subjectivities, identifying how racism is introjected in our daily lives. Our objective was to analyze how the imaginary, in relation to the black population, reinforces the practice of racism and the social impacts of these constructions. Our methodological basis was bibliographical research, using the support of authors that dialogue about ethnic-racial relations and racism, racial hierarchies, productions of racist subjectivities, and reproduction of stereotypes. At the same time, we approach the possibilities of mobilizing black people in the fight against racism,

offering as an example of the Brazilian Black Movement the group Black Experimental Theater (Teatro Experimental do Negro - TEN).

Keywords: Racism, productions of subjectivities, racial relations.

Resumen: En este artículo, buscamos analizar las relaciones raciales en Brasil desde las producciones de las subjetividades racistas, identificando cómo el racismo es introyectado en nuestro cotidiano. El objetivo fue realizar un análisis de cómo el imaginario sobre las personas negras refuerza la práctica del racismo. Nuestra base metodológica fue la investigación bibliográfica, apoyándonos en autorías que dialogan sobre relaciones étnico-raciales y racismo, jerarquías raciales, producciones de subjetividades racistas y reproducción de estereotipos. También abordamos la lucha contra el racismo, presentando el ejemplo de un grupo del Movimiento Negro Brasileño, el Teatro Experimental do Negro (TEN).

Palabras clave: Racismo, producciones de subjetividades, relaciones raciales.

Apesar de a sociedade brasileira tentar “esconder o sol da verdadeira prática do racismo e da discriminação racial com a peneira furada do mito da ‘democracia racial’” (Nascimento 2004, 210) – mito reforçado pelo sociólogo Gilberto Freyre na década de 1933, no livro *Casa Grande e Senzala*, e que supunha a existência de uma harmonia nas relações sociais entre as raças indígena, negra e branca –, os inúmeros casos de racismo vivenciados pela população negra contradizem tal teoria. O preconceito racial parece estar não só naturalizado, como se faz constituinte de nossa cultura.

Considerando essa problemática, as práticas e os estudos no campo das relações étnico-raciais no Brasil propõem-se, dentre uma gama de outras questões, a esmiuçar as formas de manifestação do racismo (Campos 2017; Moraes 2013; Wedderburn 2007) e como esse fenômeno afeta a situação social da população negra, abordando, assim, as consequências para as vítimas. Ao mesmo tempo, temos observado também trabalhos que problematizam o racismo a partir da branquitude (Bento 2002a, 2002b; Araújo 2006; Cardoso 2010a, 2010b, 2011), trazendo o branco como sujeito racializado, apontando para como as relações raciais desiguais impactam nas relações sociais e beneficiam brancos e brancas voluntária ou involuntariamente. Sobre o uso do termo “branquitude”, Bento (Bento 2002a, 1-2) nos diz:

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais. (Bento 2002a, 1-2).

Sendo assim, neste artigo, observamos a necessidade de problematizar o racismo e suas consequências para a população negra trazendo para o debate também a branquitude, sua responsabilidade e os privilégios que se desdobram em relações de poder. Sobretudo, “precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (Fanon 2008, 90, grifo do autor).

Na tentativa de fazer um apanhado sobre definições analíticas sobre o racismo, apoiando-se nas teorias sociológicas de diversos autores, Campos (2017) destaca que os estudos do fenômeno são organizados em três principais dimensões: ideológica (ideias e dogmas que sugerem a inferioridade de pessoas negras); prática (atitudes concretas individuais ou coletivas); e estrutural (reprodução sistemática das desigualdades raciais na sociedade). Embora a maior parte da literatura encontrada pelo autor abranja essas perspectivas separadamente, ele propõe que, mesmo que em alguns momentos na dinâmica social uma ou outra dimensão se destaque, as três são indissociáveis.

Com base nas contribuições trazidas pelo autor supracitado, inferimos que essas três dimensões atuam em via de mão dupla: se por um lado há a reprodução de ideologias de inferioridade, práticas excludentes e nocivas e reprodução estrutural do racismo, por outro lado, ocorrem a reprodução da ideia de superioridade, práticas que privilegiam indivíduos e uma estrutura que legitima a população branca como padrão hegemônico de sujeito. Ou seja, em nossa sociedade, o privilégio de um determinado grupo racial (branco) depende da exclusão daqueles e daquelas que se distanciam desse padrão.

A partir disso, este artigo tem o objetivo de estabelecer diálogos e reflexões sobre as produções e reproduções do racismo, trazendo para o campo dos debates o contexto da sociedade brasileira. Para tanto, nossa abordagem sobre as manifestações ideológicas do fenômeno parte da premissa de que há um conjunto de subjetivações que influenciam significativamente no imaginário social para a construção de estereótipos e subjetividades racistas, que se materializam nas atitudes preconceituosas que vão desde exclusão e marginalização, até o genocídio. Ao mesmo tempo, argumentamos que as subjetividades racistas contribuem para o estabelecimento de estruturas de privilégios para a população branca.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos brevemente como os conceitos de raça e racismo estão relacionados com relações de poder; em seguida, buscamos problematizar as produções e reproduções de estereótipos e subjetividades racistas e como elas justificam e reafirmam as questões postas na seção anterior; por fim, refletimos sobre como o racismo não circula sem contestação e mobilizações pela sua erradicação, evocando, para

tal, a importância do Movimento Negro brasileiro e uma de suas formas de atuação, o teatro, na figura do Teatro Experimental do Negro (1944-1961).

Raça, Racismo e Relações de Poder

O racismo é uma problemática que, se não nasceu na sociedade brasileira, encontrou em nossas terras terreno fértil para se expandir. É uma forma de preconceito que se baseia na crença de hierarquias raciais, sendo estas materializadas para a manutenção do poder e da dominação. Almeida (2018) nos diz que o racismo é uma forma de discriminação que se fundamenta na raça, manifestando-se por meio de práticas conscientes e inconscientes que promovem desvantagens ou privilégios de acordo com o grupo racial ao qual o indivíduo pertence.

O conceito de “raça” foi construído em bases históricas e sociais. Ainda contando com as contribuições de Almeida, refletimos brevemente sobre as circunstâncias do uso do termo “raça” conferido aos grupos humanos. De acordo com o autor, as categorizações humanas, a partir do conceito aqui analisado, seriam um fenômeno da modernidade, fortalecidas pelas expansões burguesas e a cultura renascentista, que abriram as portas para a construção do ideário da universalização do homem europeu (ênfatisando o gênero masculino nesse contexto). Ao mesmo tempo, povos de outras civilizações e formas de vivências foram sistematicamente consideradas como menos evoluídas.

O projeto iluminista no século XVIII foi igualmente importante para impulsionar conhecimentos filosóficos que tinham o “homem” como principal sujeito e objeto do conhecimento, constituindo ferramentas que tornariam possível “[...] a *comparação* e, posteriormente, a *classificação*, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre *civilizado* e *selvagem*, que no século seguinte daria lugar para o dístico *civilizado* e *primitivo*” (Almeida 2018, 20-21, grifos do autor).

A partir das comparações humanas, a raça, portanto, foi sistematicamente utilizada para classificar e demarcar grupos como civilizados ou primitivos. Isso foi igualmente fundamental para a continuidade e legitimidade dos projetos de colonização, uma vez que serviria para justificar invasões e dominações de grupos raciais considerados como inferiores. Juntamente a isso, foi alimentado o imaginário de diferenças raciais em um sentido biológico, sugerindo que as características físicas determinariam comportamentos, intelecto, habilidades, ou mesmo a própria distinção entre os “civilizados” e os “primitivos”, por exemplo.

De acordo com Almeida:

Nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. (Almeida 2018, 23).

O perigoso argumento de raças biológicas foi também utilizado durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na tentativa de definir a superioridade racial através do regime nazista. No Brasil, o chamado racismo científico foi usado para embasar teorias eugenistas que buscavam, da mesma forma, explicar diferenças humanas a partir das características genéticas.

Os eugenistas acreditavam, por exemplo, que a miscigenação seria uma solução para o “problema do negro” no período pós-abolição, uma vez que, para eles, “a partir da [...] crença de que os genes brancos eram dominantes, a mistura de raças eliminaria a população negra e conduziria, gradualmente, a uma população brasileira completamente branca” (Telles 2004, 23), sendo que alguns eugenistas previam que, até o ano de 2012, 80% da população seria composta por brancos. Contudo, dados do IBGE de 2012 indicam que, de acordo com o censo da época, a população branca era de 46,3%. No ano de 2022, o percentual caiu para 42,8%. Já os considerados pretos representavam 10,6% da população em 2022 e os pardos, 45,3% no mesmo ano¹.

Maia e Zamora trazem outros apontamentos sobre as teorias científicas que sustentaram essa falácia:

O monogeísmo e o poligeísmo são conjuntos de teorias que buscam justificar o degeneracionismo dos grupos raciais. [...] O primeiro é pré-evolucionista e afirma que a humanidade adveio de Adão e Eva e que o clima definia as diferenças raciais, sendo que, quanto mais quente, mais lento o desenvolvimento do cérebro; em contrapartida, quanto mais frio, maior esse desenvolvimento, o que justifica que europeus de países mais setentrionais são superiores e constituem modelos de homem civilizado. O poligenismo surge da ideia de que os grupos humanos não brancos surgiram de outro Adão, possuidor de características diferentes do Adão caucasiano. O que importa de fato é a busca por justificar a inferioridade das raças não brancas em relação à branca. O degeneracionismo se ocupa dessa construção, dando origem aos estudos raciais, migratórios e climáticos, que influenciaram o racismo científico do século XIX. (Maia e Zamora 2018, 272).

Como visto, raça e racismo foram construídos historicamente e é importante salientarmos a fragilidade das tentativas de comprovações científicas de que povos brancos e não-brancos possuíssem condições biológicas determinantes que justificassem projetos de dominação, exclusão ou extermínio. Em relação à craniologia, por exemplo, em momento algum foram apontadas comprovações científicas. Aquilo que temos, na verdade, são características culturais e a cor da pele como argumentos para tais iniciativas. Com isso, acreditamos que, além do emprego de teorias

¹ Os dados podem ser conferidos em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,10%2C6%25%20como%20pretos>. Acesso em: 31 jul. 2023.

“científicas”, práticas e estruturas sociais, o campo das subjetividades também foi crucial para reafirmar as desigualdades e justificar as opressões contra negros e negras, como refletiremos na sessão seguinte.

Estereótipos e produções de subjetividades racistas

As tentativas de justificar o caráter e outras características intrínsecas dos seres humanos por meio da cor da pele não teriam sucesso apenas com argumentos científicos e filosóficos. Segundo Bhabha (1998), durante processos coloniais, algumas práticas políticas exerceram o poder utilizando-se de estereótipos em discursos racistas, teorias raciais e diferenças culturais. Esses estereótipos foram tidos como legítimos e, com isso, formas autoritárias e discriminatórias de se exercer o poder político foram reconhecidas como apropriadas.

Desse modo, estereótipos raciais foram sistematicamente criados e propagados para ratificar a inferiorização e dominação de corpos negros e de suas terras, mostrando-se tão eficazes que se perpetuam atualmente. Para Bhabha (1998), os estereótipos fixam o significado de “raça” atrelado ao racismo, impedindo a articulação do conceito para além disso. Assim, para o autor, os grupos estereotipados são igualmente fixados, tendo seus corpos, culturas e modos de vida presos em uma única história nem sempre verdadeira sobre si, negando o direito à diferença.

O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais. (Bhabha 1998, 117).

Contando também com as contribuições de Martins (1995, 35) na questão, a autora nos diz que a “[...] cor de um indivíduo nunca é simplesmente uma cor, mas um enunciado repleto de conotações e interpretações articuladas socialmente, com um valor de verdade que estabelece marcas de poder, definindo lugares, funções e falas”. Dessa forma, associa-se a cor branca ao belo, à pureza e à bondade. A cor negra, por sua vez, é tratada como referência à maldade ou à feiura, resultando em atitudes como, por exemplo, mudar de calçada na rua ao se ver um homem negro caminhando na mesma direção, por medo de ser vítima de assalto. Outra prática racista é subestimar o intelecto de pessoas negras e tratar apenas pessoas brancas (homens principalmente) como inteligentes e bem-sucedidas. Estes são alguns exemplos dos inúmeros estereótipos racistas que povoam o imaginário social.

Kilomba (2019) utiliza o termo *racismo cotidiano* para se referir a vocabulários, gestos, ações e olhares que colocam pessoas negras em uma situação a que ela chama de *outridade*, ou seja, cria-se um outro diferente em relação às pessoas brancas e que carrega os aspectos reprimidos e

negativos destas últimas. Todas as vezes em que negras e negros são colocados no lugar do outro, são forçados a se tornarem “[...] a personificação daquilo com que o *sujeito branco* não quer ser reconhecido” (Kilomba 2019, 78, grifo da autora). A autora continua, apontando que “no racismo cotidiano, a pessoa negra é usada como tela para projeções do que a sociedade branca tornou tabu. Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão ou da sexualidade” (Kilomba 2019, 78).

A criação dessas imagens a respeito de pessoas negras e brancas é propagada e fortalecida por meio de uma rede invisível que atua no âmbito individual e coletivo. Enquanto alguns teóricos tratam conjuntos de ideias que orientam as relações sociais como ideologia, Félix Guattari prefere o uso de *subjetivação e produção de subjetividade* (Guattari; Rolnik, 2013).

As subjetivações, segundo Guattari e Rolnik (2013), são fabricadas por dispositivos diversos que produzem nossos modos de fazer, sentir, consumir e perceber o mundo. Em nossa sociedade, a produção de subjetividades seria organizada a partir da ordem de produção capitalística², que tem interesses específicos voltados para o lucro econômico e simbólico de uma pequena elite hegemônica. Esse sistema produz consciente e inconscientemente modos de pensar, agir, gostos, bem como as nossas performances individuais e coletivas, de acordo com o lugar onde estamos. Trata-se de uma rede complexa, formada e difundida por diversos meios que também orientam em nós princípios do capitalismo, como competição e meritocracia, sendo que “aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é ‘a’ ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria ideia de vida social organizada” (Guattari; Rolnik 2013, 51).

Sendo o homem, branco, heterossexual, cristão, de classe alta, o padrão de sujeito, podemos dizer que há uma maquinaria que produz subjetivações que compactuam com o *status quo* de sua manutenção no poder. Fazendo uma correspondência com o contexto da sociedade brasileira, Souza afirma:

Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante. (Souza, 1983, 20).

Assim, a existência e manutenção do racismo beneficiam a branquitude enquanto lugar de privilégios. Em uma sociedade voltada para o lucro e a concorrência, a criação de estereótipos

² De acordo com nota da obra: “Guattari acrescenta o sufixo ‘ístico’ a capitalista por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do assim chamado ‘Terceiro Mundo’ ou do capitalismo ‘periférico’, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, funcionariam com uma mesma política do desejo no campo social, em outras palavras, com um mesmo modo de produção da subjetividade e da relação com o outro” (Guattari; Rolnik 2013, 413).

racistas conduz para a inferiorização da população negra, assim como daquilo que é produzido por ela. Ao mesmo tempo, à branquitude são delegados imaginários (e também concretudes) de superioridade e capacidade de comando, algo essencial para girar as engrenagens da ordem capitalística a favor de quem já exerce o poder. Aquelas pessoas que não se enquadram nos quesitos impostos são marginalizadas e exterminadas.

São diversas as maquinarias que produzem e reproduzem subjetivações racistas. Temos alguns exemplos como a escola (por meio de livros didáticos e omissão dos possíveis casos de racismo por parte da equipe pedagógica), a Igreja (com as representações de um céu cristão formado por anjos e santos brancos, cor que simboliza a pureza e os corações daqueles merecedores do paraíso), segurança pública (nos alarmantes indicadores de assassinato da população negra³) e a mídia (com a ausência, reprodução estereotipada ou pouca representatividade negra em novelas, telejornais, campanhas publicitárias etc.).

As artes também detêm uma importante função nesse sentido. Elas podem ser agentes de reprodução de padrões estéticos e culturais, além de contribuir para a fixação de estereótipos raciais. Tomando o campo das artes cênicas nesta análise, Martins (1995) afirma que os estereótipos raciais nesse espaço maximizam e distorcem, para espectadores, “alguns traços da singularidade que conforma sujeitos, etnias, raças, credos, culturas, gêneros, congelando-os em cena” (Martins 1995, 193).

Ainda segundo a autora, ao analisar as características da presença negra no teatro brasileiro no século XX, pessoas negras ou estavam ausentes ou eram apresentadas por meio do que ela chama de um *retrato deformado do negro*. Esse modelo de representação apoiava-se em “uma visão de mundo eurocêntrica, em que o outro – no caso o negro – só é reconhecível e identificável por meio de uma analogia ao branco, este, sim, encenado como sujeito universal, uno e absoluto” (Martins 1995, 40).

Lima (2015), ao igualmente realizar estudos sobre o negro no teatro e o teatro negro brasileiro, diz sobre a representação da pessoa negra por meio de personagens criados pelo olhar branco durante o século XIX, em um período anterior à abolição da escravatura. De acordo com a autora, grande parte da dramaturgia se preocupou em retratar a população negra apenas como escravizada, desprovida de individualidade e humanidade, representando o feio, torpe, mal degradado, atitude essa “[...] decorrente de uma estratégia para mascarar e justificar a repressão e a

³ Segundo o Mapa da Violência de 2016, “se no ano de 2003 foram cometidos 13.224 HAF [homicídios por armas de fogo] na população branca, em 2014 esse número desce para 9.766, o que representa uma queda de 26,1%; em contrapartida, o número de vítimas negras passa de 20.291 para 29.813, aumento de 46,9%” (Waiselfisz 2016, 55).

discriminação praticadas contra os indivíduos negros descendentes no país” (Lima 2015, 98). Essa visão, segundo a autora, não se restringiu aos palcos, imprimindo em todo o povo negro estigmas de escravo subalterno, o que perdurou mesmo após a abolição da escravização no ano de 1888.

Souza (1983) aponta que, além da marginalização social, o racismo também conduz as pessoas negras à negação de sua própria imagem, numa tentativa de se aproximarem de um ideal branco, seja nos aspectos físicos ou simbólicos, os quais incluem as vantagens sociais de brancos e brancas. Isso se dá em decorrência da interiorização do preconceito racial, que distorce a autoimagem e afeta a autoestima da população negra, fazendo com que reproduzam, do mesmo modo, o racismo instaurado na sociedade. Esse fenômeno seria uma tentativa de alcançar o “Ideal do Ego”. Nas palavras da autora:

É preciso que haja um modelo a partir do qual o indivíduo possa se constituir – um modelo ideal, perfeito ou quase. Um modelo que recupere o narcisismo original perdido, ainda que seja através de uma mediação: a idealização dos pais, substitutos e ideais coletivos. Esse modelo é o Ideal de Ego. (Souza 1983, 33).

Por essa razão, é necessário cautela ao reproduzir falas como “o negro é mais racista com outro negro que o branco” ou “o próprio negro é racista consigo mesmo”. Isso porque, tendo como base as contribuições de Souza (1983) e partindo de experiências e vivências cotidianas pessoais, o indivíduo negro, ao reproduzir o racismo sofrido, não se beneficia dessa complexa relação de poder estabelecida na sociedade.

A autora lembra ainda que o Ideal do Ego é algo inalcançável. No caso da pessoa negra que se espelha na branquitude enquanto ideal, a cor da pele e os traços originais tornam-se os primeiros obstáculos. Aí é que surge a “dilacerante, crua, cruenta descoberta...” (Souza 1983, 40). Se a cor é algo que não pode ser apagada, há a tentativa de alcançar a posição da branquitude por meio da ascensão social, principalmente por meio do ganho financeiro. Segundo a autora, a necessidade de ascensão social remete ao período pós-escravização, quando, inserida na lógica competitiva capitalista, a população negra percebe que, assim como o padrão de cidadão é branco, os serviços considerados dignos e respeitáveis também seriam para esse grupo racial.

Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente. (Souza 1983, 21).

A ascensão social da população negra é vista como um não-lugar desses indivíduos na sociedade. Algo que, como Bento (2002b) nos diz, sugere uma “troca de lugar” com as pessoas brancas. Foi produzida uma subjetivação que estabeleceu o branco como padrão a ser alcançado, seguido e perseguido. Por esse motivo, a ascensão da população negra é vista pela sociedade como

um desvio da norma, ameaça ao *status quo* ou como casos de exceção, exemplos de superação que demonstram que, com trabalho duro, todos e todas podem um dia alcançar seus objetivos.

Continuando com os raciocínios de Souza (1983), se a tentativa de “embranquecimento social” da pessoa negra pode ser vista como uma consequência da produção de subjetividades racistas que atravessam o indivíduo negro, a autora afirma que, diante da constatação de impossibilidade de alcançar o Ideal do Ego, o sujeito negro se vê diante de duas consequências. A primeira seria que “a distância entre o ideal e o possível cria um fosso vivido com efeito de autodesvalorização, timidez, retraimento e ansiedade fóbica” (Souza 1983, 41).

Com a autoestima e autoimagem debilitadas, negros e negras aparecem como consumidores e produtores de novas subjetividades racistas, que depreciariam a si e seus semelhantes. Para Fanon (2008), o complexo de inferioridade não deve ser encarado como um fenômeno intrínseco ao sujeito negro, uma vez que ele está inserido numa relação social que depende da manutenção deste complexo a partir da superioridade da raça branca.

A segunda consequência resulta no questionamento do Ideal do Ego branco, em que o sujeito negro se coloca na posição de “[...] lutar, lutar ainda mais, buscando encontrar novas saídas” (Souza 1983, 41). É a partir da negação das relações raciais hierárquicas que emergem iniciativas individuais e coletivas que não só questionam, como também combatem o racismo e propõem a produção de novas subjetividades que agregam valores positivos às diferenças que compõem nossa sociedade, como veremos a seguir.

Possibilidades de ressignificação através da História: movimento negro, arte e educação

Com base nas reflexões suscitadas até o momento, observamos que as subjetivações não são estáticas e imutáveis, mas fluidas, e acompanham as transformações históricas e sociais. Guattari e Rolnik nos dizem que:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal qual como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (Guattari; Rolnik 2013,42, grifo dos autores).

Desse modo, o devir de um processo de singularização oportuniza a oposição à produção de subjetividades racistas, criando outras lógicas de participação e emergência das diferenças, frustrando os mecanismos de interiorização impostos na sociedade capitalística, assim como rejeitando o projeto de criação de modelos hegemônicos de sujeitos (Guattari; Rolnik 2013). Dentre

as iniciativas advindas do processo de singularização da negritude no Brasil, destacamos as manifestações historicamente engendradas pelo Movimento Negro, ações políticas protagonizadas por pessoas negras contra o racismo.

Conforme Gomes (2017), as atuações do movimento podem acontecer por meio de grupos políticos, religiosos, artísticos e culturais que tenham “o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negra do Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade” (Gomes 2017,24, grifo da autora).

No contexto brasileiro, são inúmeros os exemplos de articulações voltadas para o enfrentamento ao racismo e de resistência contra-hegemônica. Neste artigo, refletimos brevemente sobre a iniciativa do Teatro Experimental do Negro (TEN), atuante entre os anos de 1944 e 1961. Como dito na seção anterior, o campo das artes cênicas no Brasil foi e ainda é responsável pela reprodução de estereótipos e reafirmação de rostos e corpos brancos para estampar a imagem nacional, desconsiderando mais da metade da população brasileira autodeclarada negra. Sendo assim, observamos a relevância de mostrar as possibilidades que emergem para a reorganização de movimentos que desvelam o racismo e ultrapassam as lógicas hegemônicas nesse espaço.

Os estudos sociológicos no Brasil que atravessaram o mesmo período de atuação do TEN são bastante pertinentes. Telles (2004) aponta que, à medida que o racismo científico, predominante nas primeiras décadas do século XX, vai decaindo, a ideologia da democracia racial é sistematicamente promovida pela elite do país, negando a existência do racismo em terras brasileiras e, com isso, transformando a miscigenação em motivo de orgulho e projeto de modernização nacional.

Essa ideologia foi popularizada por Gilberto Freyre, em ocasião da publicação do livro *Casa Grande e Senzala*, no ano de 1933. Segundo Telles (2004), Gilberto Freyre sustentava a existência de uma fusão serena entre as raças negras, indígenas e brancas, que as relações escravagistas teriam sido mais benignas no Brasil do que nos Estados Unidos, por exemplo, e que, portanto, a nossa sociedade estaria livre do racismo. Por qual motivo, então, uma década depois, deparamo-nos com iniciativas antirracistas, tal qual o Teatro Experimental do Negro?

Souza (1983) lembra como a sociedade escravista definiu a raça negra como inferiorizada, definindo sua posição geográfica e social. Isso permaneceu mesmo após a abolição, influenciando significativamente na construção social sobre o negro. Segundo a autora, a espoliação social, que se manteve para além do período de escravização, buscou novos elementos para justificar a

inferiorização “e todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas aos negros é elaborado com objetivo de manter o espaço de participação social do negro nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social” (Souza 1983, 20).

Considerando essas questões, é interessante observarmos como o TEN buscou compor novas possibilidades para suas e seus participantes, de maioria negra, resgatando a autoestima e colocando em questionamento as hierarquias raciais e sociais, tendo em vista que o principal objetivo do grupo era o de:

[...] resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte. (Nascimento 2004, 210).

Um dos principais idealizadores do TEN foi o político, intelectual e militante do Movimento Negro Abdias do Nascimento, envolto em questionamentos sobre as apropriações excludentes da arte e da mídia pela branquitude, utilizada no Brasil na reprodução de valores estéticos de uma cultura europeia, com marcas portuguesas que pouco refletiam estéticas que realmente representavam o povo brasileiro (Nascimento 2004). “Esta verificação reforçava a rejeição do negro como personagem e intérprete, e de sua vida própria, com peripécias específicas no campo sociocultural e religioso, como temática da nossa literatura dramática” (Nascimento 2004, 210).

Era ainda comum atores brancos se pintarem de preto quando o personagem principal era negro, fato que ficou conhecido como *blackface*⁴. Ainda de acordo com o autor, essa problemática era fruto de um teatro marcado por uma estética portuguesa elitista e que se distanciava da realidade da diversidade da cultural da sociedade brasileira, o que reforçava a rejeição de negros e negras não apenas como intérpretes, mas também como personagens, assim como das vivências experienciadas por essas pessoas.

Segundo Nascimento (2004, 210), cerca de seiscentas pessoas se inscreveram no TEN, entre empregadas domésticas, operários e modestos funcionários públicos. Além dos exercícios voltados para a formação artística, também era oferecido um curso de alfabetização ministrado pelo intelectual Ironides Rodrigues (pois muitas pessoas participantes eram analfabetas) e um curso de cultura geral, oferecido pelo ator Aguinaldo Camargo. Assim, ao mesmo tempo em que se

⁴ Dizemos que era comum, pois, apesar de ser uma prática fortemente criticada, ainda é realizada atualmente. Exemplo disso são as fantasias de “nêga maluca” no carnaval, em que pessoas brancas pintam a pele de preto, exageram o contorno dos lábios com a tonalidade vermelha, usam perucas que representariam cabelos crespos e, por vezes, adicionam enchimentos nas nádegas e nos seios.

formavam enquanto atores e atrizes, adquiriam a autonomia diante da escrita, tão necessária não só para a leitura e compreensão dos textos encenados, mas também para outras circunstâncias diversas.

A estreia do primeiro espetáculo encenado pelo grupo se deu no ano de 1945 e a peça escolhida foi *O Imperador Jones*.

Sob intensa expectativa, a 8 de maio de 1945, uma noite histórica para o teatro brasileiro, o TEN apresentou seu espetáculo fundador. O estreante ator Aguinaldo Camargo entrou no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde antes nunca pisara um negro como intérprete ou como público, e, numa interpretação inesquecível, viveu o trágico Brutus Jones, de O'Neill. Na sua unanimidade, a crítica saudou entusiasmamente o aparecimento do Teatro Experimental do Negro e do grande ator negro Aguinaldo Camargo, comparando-o em estrutura dramática a Paul Robeson, que também desempenhou o mesmo personagem nos Estados Unidos. Henrique Pongetti, cronista de O Globo, registrou: “Os negros do Brasil – e os brancos também – possuem agora um grande astro dramático: Aguinaldo de Oliveira Camargo. Um anti-escolar, rústico, instintivo grande ator”. (Nascimento 2004, 213).

O TEN ainda produziu outros espetáculos e iniciativas voltadas para as artes, produção intelectual e resgate da autoestima da população negra. Dentre eles, destacamos a organização da Convenção Nacional do Negro (São Paulo, 1945; Rio de Janeiro, 1946), que resultou na redação da Declaração Final que “encaminhou à Constituinte de 1946 (através do Senador Hamilton Nogueira) sua proposta de inserir a discriminação racial como crime de lesa-pátria, com uma série de medidas práticas em prol de sua eliminação” (Nascimento 2004, 222). Ainda segundo o autor, esse foi o antecedente da hoje conhecida Lei Afonso Arinos contra o racismo, datada de 1951.

Para desconstruir a subjetivação da estética branca enquanto padrão, foram realizados o concurso de artes plásticas “Cristo Negro”⁵, em 1955 no Rio de Janeiro, e os concursos de beleza Rainha das Mulatas e Boneca de Pixe, “concebidos como instrumento pedagógico buscando realçar o tipo de beleza da mulher afrobrasileira e educar o gosto estético popular, pervertido pela pressão e consagração exclusiva de padrões brancos de beleza” (Nascimento 2004, 223).

O TEN encerrou suas atividades em 1961, após o autoexílio de Abdias do Nascimento, motivado por perseguição política. Mas a semente já estava plantada e o legado do grupo ultrapassa a iniciativa individual de seu idealizador. Ruth de Souza, Léa Garcia e Haroldo Costa são alguns dos grandes nomes de nossa dramaturgia que tiveram passagem ou foram descobertos através do grupo.

⁵ “[...] o concurso teve apoio da revista Forma e de diversos religiosos como Augusto Frederico Schmidt, Dinah Silveira de Queiroz, Dom Hélder Câmara e Quirino Campofiorito. Entretanto, provocou a ira da sociedade dominante. ‘Reúne a blasfêmia e o sacrilégio, aliados ao mau gosto!’, bradou uma crítica no Jornal do Brasil, cujo editorial insistiu que as autoridades civis e eclesiásticas deveriam impedir que se realizasse tal ‘atentado à Religião e às Artes’. Contudo, o evento foi um sucesso. Participaram do concurso 106 artistas brancos e negros. A pintura Cristo na Coluna, criada por Djanira, ganhou o prêmio do 1º lugar” (OBRAS Cristo Negro, acesso em 27 jun. 2023).

Souza (1983, 17) afirma que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade”. Nesse sentido, o TEN oportunizou que a população negra e branca experienciassem outra possibilidade, a partir das realidades concretas excludentes vivenciadas pela população negra. Cabe ainda salientarmos que o pioneirismo do TEN ultrapassou o seu tempo, sendo referência para muitos grupos de teatro negro na atualidade, confirmando que a população negra não só quer se ver representada, como também deseja, ela mesma, apresentar suas histórias, corpos, culturas e subjetividades de forma positiva e humana.

Considerações finais

Buscamos, ao longo do texto, dialogar sobre como o campo das produções de subjetividades e de estereótipos racistas estão diretamente interligados às práticas e estruturas de poder calcadas nas relações raciais. Para tanto, foi necessário propormos uma conversa com autores e autoras de áreas do conhecimento diversas (sociológicas, psicológicas, artísticas e políticas), possibilitando uma amplitude do debate.

Observamos que essa comunicação é necessária, considerando a diversidade e complexidade de formas de manifestação do racismo e das igualmente múltiplas consequências dessa problemática. Ademais, o racismo não se manifesta de forma fragmentada em cada uma das dimensões ideológicas, das práticas e estruturas, apesar de alguns aspectos serem observados com maior frequência em determinadas ocasiões. Essas formas de manifestação precisam ser analisadas e combatidas nos diversos campos de estudos e ações sociais, como exemplificado pelo Teatro Experimental do Negro.

A reprodução das subjetividades e dos estereótipos raciais provoca danos individuais e coletivos. É necessário, portanto, que a sociedade brasileira se desapegue de mitos que tentam apagar a existência do racismo, não para reafirmá-lo, mas para que, vendo a persistência desse obstáculo, assuma a posição de combate para que o impacto na qualidade de vida da população negra seja ainda maior.

Diante dessa constatação, fica ainda mais evidente que a mobilização para o combate ao racismo também deve ser assumida pela população branca, entendendo sua responsabilidade direta diante do fenômeno. Como nos diz Fanon (2008, 95-96, grifo do autor), branquear ou embranquecer não devem ser postos como dilemas para as pessoas negras, mas para que haja a escolha entre a ação ou passividade diante dos conflitos impostos pelas estruturas sociais.

Trazer à tona e denunciar as perversidades sociais que compactuam para a manutenção de uma determinada população no poder pode contribuir para o desmonte da suposta hierarquia racial. A luta também exige a reflexão e a ação contínua, pois o racismo continua vigente. Fortalecer e valorizar as subjetividades negras é apenas um passo dela.

Referências Bibliográficas

Almeida, Silvio Luiz de. 2018. *Racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento.

Araújo, Joel Zito. 2006. “A força de um desejo – a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual”. *Revista USP*, 69: 72-79. <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13514>.

Bento, Maria Aparecida Silva. 2002a. “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In: Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva (orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, 25-58. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bento, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002b. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514-pt-br.php>.

Bhabha, Homi. 1998. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BRASIL. *Situação social da população negra por estado*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: IPEA, 2014.

Campos, Luiz Augusto. 2017. “Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 32 (95): 329-507. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8YsCLH9MsCZ3dPWC47JLmFd/?format=pdf&lang=pt>.

Cardoso, Lourenço. 2010a. “Retrato do branco racista e anti-racista”. *Reflexão e Ação*, 18 (1): 46-76. <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1279>.

Cardoso, Lourenço. 2010b. “Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista”. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud*, 8 (1): 607-630.

Cardoso, Lourenço. 2011. “O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude”. *Instrumento: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*, 13 (1): 82-93. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18706/9824>.

Fanon, Frantz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

Gomes, Nilma Lino. 2017. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Guatarri, Félix e Rolnik, Suely. 2013. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Kilomba, Grada. 2019. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Lima, Evani Tavares. 2015. “Por uma história negra do teatro brasileiro”. *Urdimento*, 1 (24): 92-104. <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101242015092> .

Maia, Kenia Soares e Zamora, Maria Helena Navas. 2018. “O Brasil e a Lógica Racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo”. *Psicologia Clínica*, 30 (2): 265-286. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n2/05.pdf> .

Martins, Leda Maria. 1995. *A cena em sombra*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Moraes, Fabiana. 2013. *No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE*. Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. Recife: Procuradoria Geral de Justiça.

Nascimento, Abdias do. 2004. “Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões”. *Estudos Avançados*, 18 (50): 209-224. <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/?format=pdf&lang=pt> .

Obras, Cristo Negro. *IPEAFRO*. Acervo digital. Disponível em: <http://ipeafro.org.br/acervo-digital/imagens/museu-de-arte-negra/obras-cristo-negro/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

Souza, Neusa Santos. 1983. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Coleção Tendências, v. 4. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Telles, Edward. 2004. *O significado da raça na sociedade brasileira*. Tradução de Ana Arruda Callado. Princeton e Oxford: Princeton University Press.

Waiselfisz, Julio Jacobo. 2016. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016. Disponível em: <https://flacso.org.br/2016/08/25/mapa-da-violencia-2016-homicidios-por-armas-de-fogo-no-brasil/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

Wedderburn, Carlos Moore. 2007. *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. S.l.: s.n..